



PSD p.10

José Matos Rosa representou o PSD na 10.ª Convenção Nacional do MpD de Cabo Verde



PSD p.2

Mantêm-se as conversações tripartidas pedidas pelo Presidente da República

POVO LIVRE



nº 1791

17 de Julho de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

A dimensão dos nossos desafios exige um grande compromisso nacional

O Primeiro-Ministro no debate do estado da Nação

Parlamento p.15

“Não desistimos de transformar o nosso país”
– Luís Montenegro

Locais p.13

Almeida Henriques é o candidato do PSD a Viseu

Mantêm-se as conversações tripartidas pedidas pelo Presidente da República



Foi no passado dia 12, que o Presidente da República assinalou a disponibilidade manifestada por PSD, PS e CDS-PP para iniciarem as conversações sobre o “compromisso de salvação nacional”, considerando que as negociações devem ser concluídas “num prazo muito curto”.

“Os líderes dos referidos partidos manifestaram a disponibilidade para iniciarem, o mais brevemente possível, conversações com vista a um compromisso de salvação nacional que permita a conclusão, com sucesso, do Programa de Assistência Financeira e o regresso aos mercados, e que garanta a existência de condições de governabilidade, de sustentabilidade da dívida pública, de crescimento da economia e de criação de emprego”, lê-se numa nota divulgada no ‘site’ da Presidência da República a propósito das audiências concedidas por Cavaco Silva na quinta-feira aos líderes do PSD, PS e CDS-PP.

Na nota, com três pontos, é ainda referido que o chefe de Estado “considera que as negociações entre os partidos devem ser concluídas num prazo muito curto”.

Relativamente aos encontros que o Presidente da República manteve na quinta-feira com Pedro Passos Coelho, António José Seguro e Paulo Portas, adianta-se que tiveram como objectivo “explicitar melhor os termos do compromisso de salvação nacional” proposto por Cavaco Silva e que o chefe de Estado considera ser “a melhor solução para os problemas nacionais, numa perspectiva imediata e de médio prazo”.

“O Presidente da República transmitiu aos líderes partidários elementos adicionais que devem ser tidos em conta na definição em concreto dos termos do compromisso”, lê-se na nota.

Na comunicação que fez ao país na quarta-feira, o Presidente da República tinha apontado “três pilares fundamentais” em que “o compromisso de salvação nacional” devia assentar.

Dos três “pilares” então apontado, apenas um não é referido na nota agora divulgada pela Presidência da República: o estabelecimento do “calendário mais adequado para a realização de eleições antecipadas”.

“A abertura do processo conducente à realização de eleições deve coincidir com o final do Programa de Assistência Financeira, em Junho do próximo ano”, tinha dito Cavaco Silva, na comunicação que fez ao País na quarta-feira anterior.

A comunicação ao País de 10 de Julho

Segundo o Presidente da República, na sua comunicação ao País, na quarta-feira anterior, todos tínhamos sido confrontados, “...de forma inesperada, com uma grave crise política. Os efeitos fizeram-se sentir de imediato no aumento das taxas de juro e na deterioração da imagem externa de Portugal. Desse modo, os Portugueses puderam ter uma noção do que significa associar uma crise política à crise económica e social que o País atravessa.”

Lembrou que “...esta crise política é diferente de todas as outras que Portugal conheceu no passado. Ocorre num momento em que estamos vinculados a um exigente Programa de Assistência Financeira estabelecido com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional, instituições que nos têm vindo a emprestar os recursos necessários ao financiamento do Estado.

Assumimos o compromisso de pôr em prática, até Junho de 2014, um conjunto de medidas visando a redução do desequilíbrio das contas públicas e a adoção das reformas que garantam a melhoria da competitividade da produção nacional.”

Lembrou que “...diversas vozes, de vários quadrantes, têm considerado que a actual crise política só poderá ser ultrapassada através da dissolução da Assembleia da República e da convocação de eleições antecipadas para finais de Setembro”, mas as consequências da realização de eleições antecipadas na conjuntura que vivemos, quando falta menos de um ano para o fim do Programa de Ajustamento a que nos comprometemos com as instituições internacionais e que temos vindo a executar desde Junho de 2011, com pesados sacrifícios para os Portugueses, pode significar um retrocesso naquilo que já foi conseguido e tornar necessário um novo programa de assistência financeira. Os sacrifícios dos Portugueses, em parte, teriam sido em vão. Um cenário de eleições legislativas, no actual contexto, seria extremamente negativo para o interesse nacional. A terem lugar proximamente, as eleições iriam processar-se num clima de grande instabilidade financeira e seria muito elevado o grau de incerteza e a falta de confiança dos agentes económicos e dos mercados no nosso País”, afirmou.

E mais adiante, lembrou que “...além destas razões

de ordem económica e financeira, existem também motivos de natureza política que desaconselham a realização imediata de eleições antecipadas, e por isso, deveria fazer-se um “...compromisso de salvação nacional, devendo os Partidos chegar a um entendimento ...que deve assentar em três pilares fundamentais, que são em primeiro lugar um acordo para o calendário mais adequado para a realização de eleições antecipadas, a seguir ao final do Programa de Assistência Financeira”.

“Em segundo lugar, o compromisso de salvação nacional deve envolver os três partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento, garantindo o apoio à



tomada das medidas necessárias para que Portugal possa regressar aos mercados logo no início de 2014”.

Finalmente /.../ deve ser “...um acordo de médio prazo, que assegure, desde já, que o Governo que resulte das próximas eleições poderá contar com um compromisso entre os três partidos que assegure a governabilidade do País...”

Recordou também que “o actual Governo se encontra na plenitude das suas funções” e que, nos termos da Constituição, como disse, existirão sempre soluções para a actual crise política. “Contudo” – disse “os Portugueses devem estar conscientes de que nenhuma dessas soluções dará as mesmas garantias de estabilidade que permitam olhar o futuro com confiança igual à da proposta que acabo de apresentar”.

Terminou, manifestando a confiança no espírito patriótico das forças políticas e, “...acima de tudo, a minha esperança num futuro melhor para todos os Portugueses!”

Iniciadas as conversações

PSD, PS e CDS-PP iniciaram as conversações e fixaram o prazo de uma semana para “dar boa sequência aos trabalhos previstos para a procura de um ‘Compromisso de salvação nacional’, pedido pelo Presidente da República.

“O processo de diálogo interpartidário começou hoje (Domingo) com os representantes do PSD, PS e CDS-PP, tendo-se discutido a metodologia de trabalho e fixado o prazo de uma semana para dar boa sequência aos trabalhos previstos para a procura de um ‘Compromisso de salvação nacional’”, referem comunicados, de igual teor para todos os Partidos, enviados à Informação no fim do dia.

O comunicado surge poucas horas depois de serem conhecidos os nomes escolhidos por cada um dos partidos para as negociações com vista ao compromisso de salvação nacional, tendo o PSD indicado o seu primeiro vice-presidente, Jorge Moreira da Silva, o PS o deputado e dirigente Alberto Martins, e o CDS-PP o ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares.

Entretanto, PSD e CDS-PP já tinham dado essa crise no executivo como resolvida, através de um “entendimento político” para a continuidade do Governo até ao final da legislatura, que Pedro Passos Coelho foi apresentar a Cavaco Silva, em Belém, na sexta-feira da semana passada.

Esse “entendimento político” entre PSD e CDS-PP prevê uma remodelação governamental, com Paulo Portas a assumir funções de vice-primeiro-ministro, mas



relativamente ao qual o Presidente da República não esclareceu, nem na sua comunicação de quarta-feira, nem até hoje, o que pretende fazer, para além a confirmação de que “o actual Governo se encontra na plenitude das suas funções”.

Segunda ronda das negociações

PSD, PS e CDS-PP anunciaram, no dia 15, ter abordado “de modo detalhado” os três pilares do acordo “de salvação nacional” proposto pelo Presidente da República, numa reunião em que participou o Ministro-Adjunto e um observador de Belém.

Este anúncio foi feito através de comunicados, de igual conteúdo, divulgados pelos três partidos sensivelmente à mesma hora, que refere que nesta reunião “o diálogo interpartidário prosseguiu”.

Segundo declarou um recém-chegado ao grupo de debate, David Justino assessor da Presidência da República, esta personalidade esteve presente “apenas como observador, para assegurar um conhecimento regular ao senhor Presidente da República”, Cavaco Silva.

“Na reunião abordaram-se, de modo detalhado, os três pilares apresentados pelo senhor Presidente da República, tendo sido identificadas as questões fundamentais com vista à obtenção de um ‘compromisso de salvação nacional’ com a máxima brevidade”, lê-se nos três comunicados.

Segundo as notas hoje divulgadas pelos três partidos, na reunião de hoje, Miguel Poiars Maduro [ministro

adjunto e do Desenvolvimento Regional] e Carlos Moezas [secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro] fizeram parte da delegação do PSD, liderada pelo Jorge Moreira da Silva.

A delegação do PS, liderada pelo dirigente Alberto Martins, integrou Eurico Brilhante Dias e Óscar Gaspar.

Por sua vez, a equipa do CDS-PP, chefiada pelo dirigente centrista Pedro Mota Soares [ministro da Solidariedade e da Segurança Social], contou também com Miguel Morais Leitão [secretário de Estado adjunto e dos Assuntos Europeus].

O encontro de hoje entre PSD, PS e CDS-PP decorreu na sede dos socialistas, no Largo do Rato, em Lisboa, confirmou a agência Lusa junto de duas das partes deste processo.

Foram indicados para liderar as delegações dos respectivos partidos neste processo, o vice-presidente do PSD Jorge Moreira da Silva, o dirigente do CDS-PP e ministro da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares, e o membro do Secretariado Nacional do PS Alberto Martins.

Segundo comunicados do PSD, PS e CDS-PP divulgados no domingo, de igual conteúdo, o primeiro encontro com vista ao acordo proposto pelo Presidente da República realizou-se nesse dia, não tendo sido divulgado o local.

Os três partidos divulgaram, na altura, ter fixado o prazo de uma semana para “dar boa sequência aos trabalhos previstos para a procura de um ‘compromisso de salvação nacional’”, pedido pelo Presidente da República. - Fonte: Lusa, DN e Diário Económico



Debate sobre o estado da Nação

A dimensão dos nossos desafios exige um grande compromisso nacional

No passado dia 12, apesar da situação política, o Primeiro-Ministro não deixou de comparecer na Assembleia Nacional, para o já marcado debate sobre o estado da Nação. Este debate foi marcado pela forma quase violenta com que a oposição tentou levar Passos Coelho para posições fragilizadas pelos acontecimentos que decorriam. Porém, o Chefe do Executivo, sem se perturbar, respondeu a todas as atitudes da Oposição, mostrando um completo e calmo domínio das circunstâncias e, quando necessário, firmeza sem concessões. O seu discurso de abertura foi claro e deixou expressas as posições que o Governo assumiria no próximo futuro. Damos, a abrir este relato, a versão integral desse discurso:



«Nestes últimos dois anos percorremos um caminho difícil. Os Portugueses têm sofrido os efeitos da ruptura financeira a que chegámos em 2011, com uma crise económica aguda e o aumento do desemprego. O exercício da governação nestas circunstâncias é particularmente difícil porque implica escolhas muitas vezes dolorosas. Em grande medida, a dificuldade das escolhas, e os efeitos de curto prazo que delas decorrem, explicam as atribulações políticas, incluindo as que marcaram a vida interna da coligação que suporta o Governo.

É preciso reconhecer que ter um exigente Programa de Assistência externa para cumprir, com avaliações regulares; estar sujeito a restrições financeiras que nunca conhecemos antes; ter recursos limitados para proteger os mais vulneráveis; estar muito limitado na margem de manobra da acção governativa,

tudo isto aumenta consideravelmente a magnitude das divergências e a intensidade das discussões.

Neste quadro, o exemplo de coragem dos Portugueses e a complexidade da situação obrigam todos os agentes políticos, dos quais o Governo não se exclui, nem nunca se excluiu, a cultivar a humildade democrática e o realismo político.

O Governo procurou desde o primeiro momento minimizar os sacrifícios, fazer uma sua repartição equitativa e adequar à realidade o ritmo do ajustamento. Suavizámos de modo apreciável o Programa de Assistência para ajustá-lo mais à realidade económica e social. Fizemo-lo quando renegociámos as taxas de juro dos empréstimos europeus, quando por duas vezes obtivemos a extensão das maturidades e quando flexibilizámos as metas orçamentais.

Procurámos proteger os mais vulneráveis e repartir

equitativamente os sacrifícios quando aumentámos o nível de protecção social da população desempregada; quando aumentámos neste biénio as pensões mínimas,



sociais e rurais para 1 milhão e cem mil Portugueses; quando alargámos a isenção de taxas moderadoras para as pessoas com menores rendimentos; quando reduzimos o preço dos medicamentos, ou quando dinamizámos o Mercado Social de Arrendamento.

Porém, as dificuldades não desaparecem de um momento para o outro. A profundidade dos nossos problemas exclui soluções mágicas, indolores e instantâneas. Pelo contrário, temos de lhes responder com medidas de longo prazo, estruturais e permanentes. Há muito que insisto em que a dimensão dos nossos desafios – presentes e futuros – exige visão de longo prazo e, portanto, um grande compromisso nacional. Que vá além da actual legislatura. Que coloque o futuro de Portugal em primeiro lugar.

Na sua declaração ao País, o Sr. Presidente da República referiu explicitamente o facto incontornável de que precisamos de continuar uma abordagem sistemática e persistente aos nossos problemas que se estenda além da conclusão do Programa de Assistência. O seu apelo ao compromisso entre os três partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento com as instâncias europeias e com o FMI resulta desta constatação que partilhamos.

Todo o progresso que alcançámos resulta do esforço dos Portugueses e da decisão de cumprirmos com rigor os nossos compromissos externos

Também é lícito recolher das palavras do Sr. Presidente da República um outro alerta que eu próprio tenho feito em várias ocasiões. Um alerta para o facto de que nem sempre se tem a percepção real dos riscos a que estamos sujeitos. A capacidade de cumprimento do Programa de Assistência demonstrada nos últimos dois anos, e que se deve ao tremendo esforço de todos os Portugueses, também criou a ilusão em muitas pessoas de que talvez essa tarefa não fosse assim tão difícil. Que no fundo o desfecho positivo das revisões da troika e a conclusão do Programa eram coisas que podíamos dar como adquiridas.

Todo o progresso que alcançámos até agora resulta do esforço dos Portugueses e da decisão de cumprirmos com rigor os nossos compromissos externos. Foi esse progresso que foi permitindo devolver uma certa normalidade à nossa vida colectiva que por vezes nos faz perder de vista que vivemos um período excepcional e de emergência.

Sabemos que a estabilidade é um bem precioso, sobretudo em circunstâncias como as nossas. Aqui falo de uma estabilidade activa, dirigida para a resolução dos problemas do País, para o cumprimento dos nossos compromissos externos e para operar a viragem do ciclo económico.

Não falo de uma estabilidade vazia, puramente circunstancial. Falo da estabilidade indispensável para ultrapassar a crise nacional que se arrasta há já tantos anos; a estabilidade necessária para iniciar um novo ciclo de prosperidade; e imprescindível para construir uma sociedade mais justa com oportunidades para todos; falo da estabilidade indispensável para dar sentido e trazer recompensas aos sacrifícios que os Portugueses têm feito.

Essa estabilidade supõe a estabilidade política. A coligação que suporta o Governo goza de uma ampla maioria parlamentar. Suporta um Governo democraticamente eleito e que está em plenitude de funções. Um Governo que no essencial dos seus objectivos internos e externos tem cumprido, que responde perante o Parlamento e presta contas aos Portugueses. Esse é o ponto de partida no nosso sistema democrático constitucional.

Mas supõe também estabilidade financeira. A estabilidade financeira é fruto do percurso que já foi feito mas também das propostas que fazemos para o futuro. Depois da estabilização do sistema financeiro, do desendividamento das famílias e das empresas, da gradual normalização do financiamento do Estado e da economia, do equilíbrio das contas externas e da redução estrutural do défice público, temos de garantir a sustentabilidade financeira global do País.

A estabilidade activa supõe ainda a estabilidade económica. Só uma economia a crescer e resistente aos choques poderá proporcionar aos Portugueses a prosperidade que ambicionam e merecem. O propósito das reformas que fizemos, e cujo alcance e abrangência não têm precedentes, é precisamente o de construir uma nova economia, mais competitiva, mais aberta, mais democrática, mais aberta à participação de todos, com mais e melhores empregos.

Da concorrência à Saúde; da Justiça ao mercado laboral; das Administrações Públicas à Educação; do mercado de arrendamento ao IVA de caixa; do pagamento de uma grande parte das dívidas do Estado a fornecedores até ao mercado laboral; do Programa de Privatizações ao combate às rendas excessivas; da Estratégia de Fomento Industrial à Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos. A acção reformista do Governo deu novos alicerces ao crescimento económico do futuro.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados, as palavras do Sr. Presidente da República, de apelo veemente ao compromisso entre os três partidos que subscreveram o Programa de Assistência devem ser escutadas à luz destes grandes desafios. É com toda a abertura democrática que quero agora traduzir essas palavras em actos concretos.

Tentei fazê-lo em diversas ocasiões, a última das quais há poucas semanas, quando convidei todos os partidos políticos com representação parlamentar para discutirmos em conjunto a Estratégia do Governo para o Fomento Industrial, a reforma do Estado e a posição de Portugal na Europa.

Mas cabe-me agora renovar o meu empenho na concertação de um entendimento entre esses três partidos e responder ao desafio que nos é colocado a todos. Para isso, não precisamos de anular as divergências políticas entre a coligação que suporta o Governo e o Partido Socialista – elas persistem e em democracia é natural e saudável que assim seja. Para chegarmos a acordo é suficiente que nos concentremos nas necessidades do País e no interesse comum dos Portugueses. Façamos por isso um acordo que corresponda ao desejo de todos – o de concluir com sucesso o Programa de Assistência em Junho de 2014 e o de garantir que Portugal no futuro pós-troika nunca mais tenha de sofrer uma crise como a que nos atingiu em 2011.

Não é fácil fazer com que esse entendimento seja credível e duradouro. Todos sabemos que mesmo na coligação que suporta o Governo nem sempre é fácil chegarmos a essa concertação de propósitos e de políticas. Mas o mesmo percurso da coligação, e a imensa actividade do Governo nestes últimos dois anos, demonstram que podemos fazer muito – e foi muito o que fizemos na primeira metade do nosso mandato – quando assumimos um espírito de compromisso permanente.

Esse compromisso é mais urgente hoje do que nunca. É mais urgente porque atravessamos aquela fase crítica e nova em que os riscos de vacilarmos no processo de ajustamento estão tão vivos como sempre estiveram, mas os sinais das suas recompensas são mais intensos do que alguma vez foram. Sabemos que o 2º trimestre deste ano pode já ter interrompido a sequência de 10 trimestres consecutivos de recessão e nos ter devolvido ao crescimento, ainda que tímido. Temos também sinais encorajadores do mercado de trabalho: o mês de Junho foi o 5º mês consecutivo de descida do desemprego registado e o 1º semestre de 2013 foi marcado pelo crescimento homólogo das ofertas de emprego em todos os meses. Estes sinais devem ser lidos com prudência, mas não deixam de inspirar a confiança de que o ajustamento está a prosseguir eficazmente e que a sua fase mais dura pode já ter ficado para trás.

Não podemos, portanto, correr os riscos associados a hesitações e adiamentos, mas também não podemos desperdiçar as recompensas que agora começam a



aparecer e pelas quais todo o País ansiou nos últimos anos. Temos de investir nos sinais de viragem, e não renunciar a eles.

Muito já foi feito e muito já foi conquistado. Mas todos sabem que ainda há muito por fazer. Portugal não pode parar agora. Seria incompreensível se este caminho de esforço e de luta dos Portugueses ficasse a meio.

Não podemos desistir perante as adversidades. Assumo hoje, como sempre assumi, a responsabilidade que me foi confiada pelos Portugueses: a de conduzir a governação de Portugal num dos momentos mais complexos da sua história democrática e fechar esta crise que nos atormenta há já tanto tempo.

É dever de todos os agentes políticos não confundir a realidade do País com o mundo estrito da política e da agenda mediática. O País está primeiro. O respeito pelas pessoas e a complexidade dos tempos não exigem menos do que isto. Como Primeiro-Ministro nunca deixei, nem nunca deixarei de colocar o País primeiro. É assim para todo o Governo, mas terá de ser assim também para a Oposição. Muito obrigado!

O debate

O primeiro-ministro abriu o debate do 'estado da Nação' (veja discurso acima), fazendo a primeira in-

tervenção pública após o Presidente da República ter defendido um acordo entre PSD, PS e CDS que preveja eleições antecipadas no pós-'troika'.

O debate na Assembleia da República, que encerrou esta sessão legislativa, com mais de três horas e meia de duração (217 minutos), acontece depois de o chefe de Estado ter iniciado na quinta-feira o processo de consulta aos líderes dos três maiores partidos e vai realizar-se com a actual composição do Governo, desconhecendo-se o que tenciona Cavaco Silva fazer em relação à remodelação acordada entre PSD e CDS.

Paulo Portas, que tinha apresentado a sua demissão do executivo na semana passada, e que entretanto foi proposto por Passos Coelho para vice-primeiro-ministro, comparecerá por isso na Assembleia da República na qualidade de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Depois do encontro com o chefe de Estado, na quinta-feira, fonte oficial do Governo transmitiu à agência Lusa, que o Primeiro-Ministro expressou ao Presidente da República "o seu empenhamento em chegar a um acordo com as características que o chefe de Estado enunciou na quarta-feira".

Também o PSD, pela voz da vice-presidente Teresa Leal Coelho, e o CDS-PP, através do líder parlamentar Nuno Magalhães, manifestaram disponibilidade para debater a proposta de consenso proposta pelo Presidente.



Já o secretário-geral do PS, António José Seguro, também falou nesse dia pela primeira vez em público, depois da comunicação ao País do Presidente da República. No final de uma reunião extraordinária do Secretariado Nacional, na quinta-feira à noite, o Secretariado Nacional do PS reiterou, em comunicado, a sua disponibilidade para iniciar um processo de diálogo, advertindo que exclui do processo “qualquer possibilidade de apoio e muito menos integração em qualquer solução governativa que resulte do actual quadro parlamentar”.

Há precisamente um ano e um dia, a 11 de Julho, teve lugar o último debate do ‘estado da Nação’, que ficou marcado pelos apelos do primeiro-ministro ao PS para abandonar “o tacticismo político” e “participar construtivamente” e pelas críticas do secretário-geral socialista, António José Seguro, que acusou o executivo de levar o País “de mal a pior”.

Nesse debate, o CDS-PP, pela voz do deputado Telmo Correia, deixou garantias de que a coligação governamental é “à prova de bala” e salientou a importância

de uma “governança maioritária”.

O debate anterior, em 2010, ficou marcado pelo pedido do presidente do CDS, Paulo Portas, ao então primeiro-ministro, José Sócrates, para que abandonasse o Governo e a proposta de um executivo com Democratas-Cristãos, PSD e PS.

Nessa altura, Portas defendeu que o País deveria ter uma coligação tripartida para três anos, com o objectivo de “tirar o país do atoleiro”, já que com José Sócrates “isso não é possível”.

Hoje, o Primeiro-Ministro afirmou que serão os portugueses a julgar os seus “falhanços e sucessos” quando o seu mandato terminar, já depois da deputada ‘bloquista’ Ana Drago ter antecipado uma “nova crise política”, canção que canta sempre que se levanta para uma intervenção...

Antes, Ana Drago tinha (como é hábito) defendido a demissão do executivo de coligação PSD/CDS-PP, antecipando “um novo conflito no Governo”, com o Primeiro-Ministro a ter que agir como “uma força intermediadora de paz” para o evitar.

“Vai ter que continuar sentado entre o ministro dos Negócios Estrangeiros e a ministra das Finanças como uma força intermediadora de paz para que não haja um novo conflito no Governo. Mas, a verdade é que vai haver”, sustentou Ana Drago.

Uma moção de Censura

A deputada do PEV Heloísa Apolónia anunciou hoje a apresentação na próxima semana de uma moção de censura ao Governo, “cuja maioria não representa mais a população portuguesa”.

“Os Verdes apresentarão no início da próxima semana uma moção de censura ao Governo, cuja maioria não representa mais a população

PSD e CDS empenhados no diálogo pedido pelo PR

Durante a ronda de perguntas ao Primeiro-Ministro, PSD e CDS-PP aproveitaram para reafirmar o seu “empenho” em dialogar com os partidos da oposição, com o líder parlamentar social-democrata, Luís Montenegro, a falar de “diálogo genuíno e sólido”.

“Não pretendemos, no nosso Partido, que o PS faça um ‘frete’ ao governo ou sirva de muleta”, frisou.

Luis Montenegro recuperou ainda as palavras do Presidente da República na comunicação ao país que fez

na quarta-feira, recusando a possibilidade de eleições legislativas antecipadas, porque tal representaria o desperdiçar do esforço que todos os portugueses têm feito.

Pelo CDS-PP, o deputado João Almeida considerou também que “não há razão para que não haja entendimento” e renovou a disponibilidade da maioria para o diálogo.

“Estou firmemente empenhado em que possamos muito proximamente obter um compromisso, não de apoio ao governo, mas o apoio necessário ao país”, completou o Primeiro-Ministro, defendendo que não se pode partir para conversações entre partidos com “reserva mental”, embora seja indispensável clarificar “os termos de referência” da negociação.

O primeiro-ministro considerou, também, que a estabilidade “é um bem precioso” e afirmou que o Governo de coligação PSD/CDS-PP está suportado por uma ampla maioria parlamentar, foi democraticamente eleito e está em plenitude de funções.

“Sabemos que a estabilidade é um bem precioso, sobretudo em circunstâncias como as nossas. Aqui falo de uma estabilidade activa, dirigida para a resolução dos problemas do país, para o cumprimento dos nossos compromissos externos e para operar a viragem do ciclo económico. Não falo de uma estabilidade vazia, puramente circunstancial. Falo da estabilidade indispensável para ultrapassar a crise nacional que se arrasta há já tantos anos”, afirmou o primeiro-ministro, no debate sobre o “estado da Nação”, na Assembleia da República.

“Essa estabilidade pressupõe a estabilidade política. A coligação que suporta o Governo goza de uma ampla maioria parlamentar. Suporta um Governo democraticamente eleito e que está em plenitude de funções”, acrescentou Passos Coelho, recebendo palmas da maioria.

“Um Governo que, no essencial dos seus objectivos internos e externos tem cumprido, que responde perante o parlamento e presta contas aos portugueses. Esse é o ponto de partida no nosso sistema democrático constitucional”, considerou o chefe do executivo.

Na bancada do Governo estavam o presidente do CDS-PP e ainda ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, e todos os restantes ministros, excepto o ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, que se encontra em Angola.

Ao longo do seu discurso, o primeiro-ministro repetiu mais de dez vezes a palavra estabilidade, apontando-a como essencial, nos planos político, financeiro, e económico, para Portugal “iniciar um novo ciclo de prosperidade” e se transformar numa “sociedade mais justa com oportunidades para todos”.

Segundo Passos Coelho, a coligação PSD/CDS-PP assegura estabilidade política e a sua actuação tem promovido a estabilização financeira. Quanto à estabilidade económica, sustentou as reformas que o executivo realizou para pôr a “economia a crescer e resistente aos choques” têm um alcance e uma abrangência “que não têm precedentes”.

No início da sua intervenção, o Primeiro-Ministro referiu-se a “atribulações” no interior da coligação, enquadrando-as no contexto em que o executivo assumiu funções, que descreveu como de “ruptura financeira”, com “uma crise económica aguda e o aumento do desemprego”.

“O exercício da governação nestas circunstâncias é particularmente difícil, porque implica escolhas muitas vezes dolorosas. Em grande medida, a dificuldade das escolhas, e os efeitos de curto prazo que delas decorrem, explicam as atribulações políticas, incluindo as que marcaram a vida interna da coligação que suporta o Governo”, argumentou Passos Coelho.

O primeiro-ministro reforçou esta ideia: “Ter um exigente programa de assistência externa para cumprir, com avaliações regulares; estar sujeito a restrições financeiras que nunca conhecemos antes; ter recursos limitados para proteger os mais vulneráveis; estar muito limitado na margem de manobra da acção governativa; tudo isto aumenta consideravelmente a magnitude das divergências e a intensidade das discussões”.

“Neste quadro, o exemplo de coragem dos portugueses e a complexidade da situação obrigam todos os agentes políticos, dos quais o Governo não se exclui, nem nunca se excluiu, a cultivar a humildade democrática e o realismo político”, afirmou.

Passos Coelho considerou também que o compromisso PSD/CDS/PS proposto pelo Presidente da República é mais urgente do que nunca e não pressupõe anular as divergências entre o Governo e o maior partido da oposição.

Durante o debate Pedro Passos Coelho sustentou que “esse compromisso é mais urgente hoje do que nunca” porque Portugal atravessa “aquela fase crítica e nova em que os riscos de vacilarmos no processo de ajustamento estão tão vivos como sempre estiveram, mas os sinais das suas recompensas são mais intensos do que alguma vez foram”.

O Primeiro-Ministro referiu que insiste há muito que os desafios presentes e futuros de Portugal “exige visão de longo prazo e, portanto, um grande compromisso nacional, que vá além da actual legislatura, que coloque o futuro de Portugal em primeiro lugar” e que, para isso, não é preciso anular as divergências políticas entre a coligação que suporta o Governo e o Partido Socialista - elas persistem e em democracia é natural e saudável que assim seja”, sendo necessário - isso sim - concluir com sucesso o programa de assistência em Junho de 2014 e o de garantir que Portugal no futuro pós-‘troika’ nunca mais tenha de sofrer uma crise como a que nos atingiu em 2011”, apelou.

Crescimento no 2º Trimestre é “tímido”, mas existe

O Primeiro-Ministro afirmou ainda que no 2.º trimestre deste ano pode ter-se registado crescimento económico, “ainda que tímido”, e defendeu que “Portugal não pode parar agora”.

«Seria incompreensível» - disse - «se esse caminho de esforço e de luta dos portugueses ficasse a meio, ou morresse na praia. Não podemos desistir perante as adversidades».

O chefe do executivo PSD/CDS-PP deixou estas mensagens no seu discurso no debate sobre o ‘estado da Nação’, que terminou reiterando que assume a responsabilidade de conduzir a governação do país e de “fechar esta crise”, sendo aplaudido de pé pela maioria parlamentar.

Resposta ao “Bloco”

João Semedo apontou as demissões de Paulo Portas e Vitor Gaspar e a comunicação do Presidente da República ao país, que “certificou a menoridade do Governo”, como “os três golpes fatais” para o executivo.



“Chegamos a esta fase e não percebemos bem que Governo está aqui à nossa frente, se é o antigo Governo, se é o futuro Governo, ou se é o ex-futuro Governo. O senhor pode mudar de modelo, trocar superministros por ministros ‘super bock’ ou ‘super swap’, mas a sua política está no centro da crise, enquanto não se livrar deste Governo o País não tem solução”, concluiu o 1/2 coordenador do Bloco, com os trocadilhos do costume.

E resposta, o chefe do Governo confessou ter “dificuldade em compreender porque é que há partidos que entendem que para conseguir fechar o programa com êxito se deve falar também com o BE”.

“O país inteiro sabe que o BE não quer que Portugal honre os seus compromissos, que cumpra o seu programa, que não vive bem dentro do euro e do tratado orçamental que existe na Europa”, acusou Passos Coelho.

Pedro Passos Coelho criticou João Semedo por apresentar “um quadro negro” do país e apontou os últimos números do Eurostat que dão conta de um crescimento na produção industrial em Portugal: “Cada um valoriza o que quer, eu valorizo os sinais positivos”.

“Portugal foi o País com o terceiro maior crescimento homólogo na produção industrial, se olharmos então para maio, foi mesmo o país que registou o maior crescimento. Quero apenas sublinhar que esta indicação e este sinal não é tão irrelevante quanto isso, porque a verdade é que estamos a conseguir há vários meses, há mais de três, mostrar sinais de retoma da nossa produção industrial”, assinalou.

Intervenção de António José Seguro

O secretário-geral do PS acusou (também como é hábito, cada partido de Oposição tem a sua “cassete” que toca sempre nas mesmas ocasiões) o Primeiro-Ministro de não assumir as suas responsabilidades pela crise interna no Governo, ignorando um pedido de desculpas, e Passos criticou Seguro por se remeter à trica política.

Esta troca de críticas entre António José Seguro e Pedro Passos Coelho abriu o período de interpelações do debate sobre o ‘estado da Nação’, com o líder socialista a considerar que o actual executivo se encontra “em estado de decomposição, desagregação e a prazo”.

“O Governo está em funções mas objectivamente sem condições. Ao contrário do que disse o Primeiro-Ministro [na intervenção inicial], não basta ter maioria parlamentar para garantir a estabilidade política. Sem maioria parlamentar não há estabilidade política, mas ela é apenas condição necessária e não condição suficiente”, sustentou Seguro.

“Após estas ocorrências demissão de Vitor Gaspar e pedido de demissão de Paulo Portas), como consegue o Primeiro-Ministro vir ao parlamento e não ter uma justificação perante os deputados, em relação aos quais depende?”

As responsabilidades vão mais fundo que estes dois anos e temos de as procurar nos 13 anos de poder socialista

Pedro Passos Coelho respondeu, sugerindo que Seguro poderia ter utilizado o seu tempo de discurso “a falar daquilo que consideraria importante e não do acessório”.

“O senhor deputado [António José Seguro] teve hoje uma grande oportunidade para demonstrar que estava realmente preocupado com o futuro do país, mas a dimensão da sua preocupação não passou da trica política”, contrapôs o líder do executivo, recebendo palmas das bancadas de toda a maioria PSD/CDS.

Ainda em resposta a Seguro, Pedro Passos Coelho negou que a crise nacional se possa situar nos episódios da sua governação, mas antes em causas profundas.

“A crise que é importante não é a crise que foi aberta pelo pedido de demissão do senhor ministro Paulo Portas, mas a que fez com que ao fim de tantos anos o País não seja capaz de criar equilíbrio nas contas públicas, saber separar devidamente o que é público e privado e de ter uma noção do que pode ser a sustentabilidade da sua dívida pública. Um país que se viu na obrigação de pedir um resgate financeiro é um país que valoriza a boa governação?”, questionou Passos, ainda dirigindo-se ao líder socialista.

Respondendo a Luís Montenegro

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, desafiou hoje o PS a sentar-se “à mesa da ‘troika’” ao lado do Governo PSD/CDS-PP, afirmando que não será fácil mas que “pode ser bom” para o país.

O primeiro-ministro disse calcular “o que seja, à mesa da ‘troika’, ter mais do que um governo a negociar”, afirmando em seguida que “pode ser bom”.

“Se já é difícil entre gente que está no Governo e não parece fácil, com gente que não quer vir para o governo, a não ser que tenha eleições, mas então que seja sem isso, que consigamos pôr essas divergências de lado como os partidos desta coligação têm feito”, afirmou.

O primeiro-ministro respondia a um pedido de esclarecimento do líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, no debate do ‘estado da Nação’, na Assembleia da República.

O deputado defendeu que o apelo ao compromisso “tem de ser balizado na capacidade do Estado português e instituições assumirem a palavra dada”.

O primeiro-ministro disse a Montenegro e ao Parlamento, que como sinal de “boa-fé” e “empenhamento” num compromisso com o PS, não fará avançar para o parlamento medidas do programa de médio prazo acordado com a ‘troika’, manifestando abertura para “cumprir noutros termos”.

Pedro Passos Coelho confirmou que o Governo solicitou que a oitava e a nona avaliação do programa da 'troika' vão ocorrer em simultâneo em Setembro, e que o PS poderá, se quiser, estar envolvido nas negociações, que passam por uma reunião com os chefes de missão.

Esse encontro, a realizar "o mais rápido possível", possivelmente na próxima semana, deverá determinar "o chão em que é possível prosseguir" e "satisfazer um dos pedidos do senhor Presidente da República", de saber quais as condições para encerrar com êxito o programa de assistência económica e financeira, disse o chefe do Governo, enquanto respondia ao líder parlamentar do CDS-PP.

"Trata-se, portanto, de uma prova de boa-fé, de interesse nesse compromisso, de não estar a fechar soluções, mas de as poder abrir", declarou, sublinhando que demonstra o "empenhamento deste Governo".

"Evidentemente, a minha expectativa é que nos continuemos a guiar pela mira do cumprimento, mas se for possível cumprir noutros termos, cumprimos noutros termos, vamos à procura deles. Mas vamos fazê-lo não apenas com uma das partes da negociação, vamos fazê-lo com outra parte da negociação", sustentou.

Posição do CDS/PP

Já a caminhar para o encerramento do debate, o CDS-PP reiterou, por Telmo Correia, a sua disponibilidade para dialogar, ao mesmo tempo que defendeu que a solução apresentada ao Presidente da República, "e que está em cima da mesa", para uma "solução governativa estável", é "sólida", "credível" e "duradoura".

"Obviamente que nós queremos esse diálogo alargado, obviamente que nós respondemos positivamente ao desafio do senhor Presidente da República, mas sublinhamos também e ao mesmo tempo, que no momento de tensão entre os partidos e governativa, a maioria, os líderes e os partidos responderam com rapidez e com eficácia a essa mesma tensão", defendeu Telmo Correia.

O Vice-Presidente centrista, frisou que "a proposta que foi feita, que foi formalizada e que está em cima da mesa, de uma solução governativa estável, de uma renovação do esforço da maioria é uma proposta sólida, é uma proposta credível e é uma proposta duradoura".

Segundo o CDS-PP, para que haja diálogo com o PS para um compromisso de salvação nacional "é necessário responder a duas perguntas essenciais", sobre como é possível garantir para o País "uma solução governamental estável" e garantir o cumprimento das obrigações externas "mantendo estabilidade no país".

Dirigindo-se directamente ao PS, Telmo Correia defendeu que "é muito importante" não se somar "mais crispação à crispação política já existente em Portugal".

"É importante, senão uma solução de Governo conjunto, pelo menos, um acordo em relação ao essencial, em relação ao que que ultrapassará o quadro obviamente de uma legislatura. É muito importante que o consigamos, mas, para isso também é importante que o Partido Socialista não esteja sempre numa posição de queixa ou respondendo a tudo com eleições antecipadas", sustentou.

Respondendo ao anúncio da moção de censura anunciada pelo partido "Os Verdes", Telmo Correia disse que "é muito bem-vinda" e será "um momento de afirmação, de coesão, de uma maioria que não verga, não desiste".

Telmo Correia recusou a ideia de que "falta legitimidade" e disse não aceitar uma "política de intimidação permanente" como a que, afirmou, se passou na quinta-feira com os protestos nas galerias do Parlamento.

"Não aceitamos essa lógica de intimidação em nenhuma circunstância", sublinhou.

Telmo Correia declarou ainda que não aceita "a ideia de que em Portugal quando governa o centro/direita se têm que pedir eleições antecipadas todos os dias ou todas as semanas".

Guilherme Silva fez a intervenção de fundo do PSD. Também neste período final do debate, pelo PSD, Guilherme Silva disse que o debate do 'estado da Nação' "é uma excelente oportunidade para o Partido Socialista assumir perante os portugueses um atitude clara, uma demonstração de que está solidário com eles, com o esforço exemplar e brutal que estão colectivamente a



fazer, indispensável para que Portugal se liberte o mais rapidamente possível da situação de protectorado em que o Governo Sócrates o colocou".

"Não basta, senhor deputado António José Seguro, dizer que está aberto ao diálogo, mas ao diálogo que aceita, à partida, que as propostas do PS que impõe sejam aceites. Isso não é um diálogo e não é assim que se constrói a democracia", afirmou.

"Seria bom para Portugal e para a nossa democracia que o PS deixasse de pactuar com os que querem destruir a credibilidade que Portugal reconquistou e que, ao fim ao cabo, por essa via mais não pretendem do que prolongar a presença da 'troika' ou provocar mesmo um segundo resgate, indiferentes às limitações que tal representa para a nossa soberania", argumentou.

Guilherme Silva reiterou, contudo, a disponibilidade dos sociais-democratas ao apelo do Presidente para um compromisso de "salvação nacional" entre PSD, CDS e PS.

Paulo Portas encerra o debate pelo Governo. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, afirmou hoje preferir pagar "um preço de reputação" do que não fazer o que deve para "um futuro melhor", voltando a defender a proposta apresentada pela maioria ao Presidente da República.

"Prefiro pagar um preço de reputação nas vossas intervenções do que não fazer o que posso e o que devo para um futuro melhor", afirmou Paulo Portas, no encerramento do debate do 'estado da nação', numa intervenção em que citou Sá Carneiro e Adriano Moreira.

O presidente do CDS-PP dirigia-se aos partidos da Oposição, que se referiram, nas suas intervenções, ao carácter "irrevogável" da sua demissão do Governo, em que acabou por permanecer.

"Em tempo veloz, porque as circunstâncias o exigiam, a maioria entregou ao senhor Presidente da República para avaliação, uma solução governativa estável. Creio ser manifesto que a sociedade, os parceiros sociais, os mercados, a maioria dos cidadãos registaram esse entendimento e sublinharam a evolução que continuam", disse.

"O País tem uma maioria que apresentou uma solução ao Chefe de Estado, é uma solução que bem proximamente demonstrará a sua confiança, vencendo com naturalidade a censura que foi hoje aqui anunciada", afirmou, numa alusão à moção de censura que vai ser apresentada pelo Partido Ecologista "Os Verdes" na

próxima semana.

Na intervenção, Portas citou o fundador do PSD e antigo primeiro-ministro da Aliança Democrática, Francisco Sá Carneiro: "Primeiro Portugal, depois o partido, por fim, a circunstância pessoal de cada um de nós", disse.

"Acrescentaria que em caso de opção entre o interesse de Portugal e do Partido deve prevalecer o de Portugal e em caso de opção entre a razão de partido e a razão pessoal, deve prevalecer a razão de partido", defendeu.

Portas disse que "foi com este espírito" que a crise de Governo "foi superada", sem "querelas de importância", mas avaliando "as necessidades do futuro, começando pelo enfoque económico, decisivamente tão importante como o financeiro e garantindo melhor articulação e cooperação política entre os partidos da maioria".

O ministro dos Negócios Estrangeiros também citou um fundador e presidente do seu partido Adriano Moreira, para dizer que foi com o "institucionalismo" que caracterizam o seu pensamento político que as divergências no Governo foram ultrapassadas.

Sublinhando que não são de agora os apelos do CDS-PP ao "compromisso", Portas recordou que tem vindo a pedir "menos espírito de facção" e "mais espírito de nação".

"A vivacidade natural deste debate podia ter contaminado negativamente o esforço de diálogo que nos é pedido pelo Presidente da República. Manifestamente, a contenção foi a atitude prevalecente e isso aplica-se tanto ao Governo como ao principal partido da oposição", declarou.

Segundo Portas, "ninguém cedeu à tentação de colocar condições impossíveis", o que "significa que esse esforço de diálogo, que precisa de se aproximar corajosamente da realidade das opções e que precisa também da tolerância com as alternativas objectivas", tem que começar.

"O excesso de crispação política não resolve nenhum dos problemas dos portugueses. Fica cada um na sua, mas o que podemos construir junto, sem prejudicar a posição institucional de ninguém, perde-se aos microfones quando manifestamente podia ganhar-se na mesa de uma qualquer negociação. Vamos fazer esse esforço", conclui.

Tal como havia sido o primeiro-ministro, embora não durante tanto tempo, Paulo Portas foi aplaudido de pé pelas bancadas da maioria PSD/CDS-PP. - Fontes: Lusa, DN, Diário Económico

Conselho de Ministros de 11 de Julho de 2013



1. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao diploma referente ao registo dos contractos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização com beneficiários em caso de morte, de forma a conferir-lhe mais exequibilidade e eficácia.

A opção por estes mecanismos de informação fundamenta-se na prossecução do equilíbrio entre o interesse dos potenciais beneficiários em acederem a informação e a preservação da confidencialidade dos contractos em causa, da reserva da intimidade da vida privada e da liberdade de designação de beneficiário.

2. O Conselho de Ministros aprovou também, na generalidade, a alteração do quadro jurídico geral da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal atribuída à ANA, S.A., de modo a integrar os aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária gerida por esta última empresa, na sequência do Acordo Quadro celebrado entre o Estado e a Região Autónoma da Madeira, aguardando-se o parecer formal dos órgãos de Governo próprio da Região.

Fica estabelecida a sujeição dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira ao regime do licenciamento e das taxas devidas pelo uso privativo dos bens do domínio público aeroportuário e pelo exercício de actividades e serviços estabelecido no respectivo diploma.

3. O Conselho de Ministros decidiu alargar o âmbito de aplicação do regime excepcional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respectivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização.

Concretamente, foi aprovada a aplicação às operações urbanísticas de um mecanismo de extensão dos prazos, por forma a potenciar a manutenção das empresas do sector de construção, salvaguardando postos de trabalho e minimizando os efeitos da crise económica no sector imobiliário.

Esta decisão tem como objectivo adequar os prazos legais de concretização de operações urbanísticas às reais possibilidades de intervenção dos promotores, de forma a promover a respectiva concretização, salvaguardando postos de trabalho e minimizando os efeitos da crise económica no sector imobiliário.

4. O Conselho de Ministros aprovou o Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção 2013-2015 e o Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção - Justiça Juvenil - 2013-2015, que assentam nos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, cabendo ao Estado garantir a todos o direito à liberdade e à segurança.

Estes Planos são instrumentos de planeamento estratégico de actuação do sistema de execução de penas e medidas em Portugal, enquanto pilar da actuação da justiça, simultaneamente enquadrado nas políticas nacionais e em articulação com as orientações internacionais em matéria de execução de penas.

O Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção 2013-2015 tem por base três princípios fundamentais de actuação: o princípio da reabilitação do comportamento criminal; o princípio da reinserção e responsabilidade social e o princípio da sustentabilidade do sistema de execução de penas e medidas.

O Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção - Justiça Juvenil - 2013-2015 desenvolve-se, atendendo à especificidade da população alvo, em torno de três princípios estruturantes: o princípio da qualificação da avaliação e da intervenção direccionada ao comportamento delituoso; o princípio da consolidação de respostas de qualidade e dos níveis de eficiência das unidades operativas e, por fim, o princípio da articulação intra e interinstitucional.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que reconhece o interesse público da Universidade Lusíada do Porto.

Esta decisão vai ao encontro do parecer final da Direcção-Geral do Ensino Superior, que considerou encontrarem-se reunidas, quer pela entidade instituidora, quer pelo estabelecimento de ensino, as condições previstas na lei para o reconhecimento do interesse público.

6. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva comunitária relativa a embalagens e resíduos de embalagens, alterando o diploma que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens.

7. O Conselho de Ministros aprovou, para ratificação, a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, adoptada em Estrasburgo, em 25 de Janeiro

de 1996.

Esta Convenção tem por objectivo promover o exercício dos direitos da criança, garantindo-lhe o acesso à informação e à participação em processos judiciais com ela relacionados.

8. O Conselho de Ministros aprovou o Protocolo de Aplicação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia relativo à Aplicação do Acordo de Readmissão entre a Comunidade Europeia e a Federação da Rússia, de 25 de maio de 2006, assinado em Moscovo, em 8 de Fevereiro de 2013.

Este protocolo estabelece, numa base de reciprocidade, os parâmetros a que deverá obedecer o tratamento dos pedidos de readmissão de pessoas que não preenchem, ou deixaram de preencher, as condições em vigor para a entrada, permanência ou residência em Portugal ou na Federação da Rússia, contribuindo assim para acelerar a tramitação dos processos e combater a imigração irregular.

9. O Conselho de Ministros aprovou ainda o Acordo entre a República Portuguesa e o Estado do Koweit sobre Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos ou Especiais, assinado na Cidade do Koweit, em 17 de Dezembro de 2012.

10. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da cartografia relativa à desafectação do regime florestal parcial de uma parcela de terreno com a área de 4900 m², pertencente ao perímetro florestal das Serras do Soajo e Peneda e ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, junto à vila de Castro Laboreiro, do concelho de Melgaço.

11. O Conselho de Ministros aprovou a classificação atribuída à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.), para efeitos da determinação do vencimento dos membros do respectivo conselho directivo.

Assim, a FCT, I.P., é classificada no grupo B, com fundamento nas funções que lhe estão cometidas no contexto do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

12. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação de um vogal executivo para o conselho de administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E..

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre esta nomeação.

José Matos Rosa representou o PSD na 10.ª Convenção Nacional do MpD de Cabo Verde

O Secretário-Geral do PSD, José Matos Rosa esteve presente, como convidado, na 10.ª Convenção Nacional do Movimento para a Democracia (MpD, oposição cabo-verdiana), que decorreu de sexta-feira a Domingo passados, na Cidade da Praia.

Como delegações convidadas, além de Portugal e de Angola, que são consideradas as mais representativas, estiveram ainda as representações de “partidos amigos” de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Senegal e da Costa do Marfim, bem como uma delegação do Internacional Democrata do Centro (IDC), de que o líder cessante do MpD, Carlos Veiga.

Os trabalhos da convenção, a 10.ª desde que o MpD foi criado, em 1990, contaram com a presença de 295 delegados - 250 nacionais e 45 nas regiões políticas na diáspora (África, Américas e Europa e Resto do Mundo), e ratificaram a liderança de Ulisses Correia e Silva, vencedor das directas de 16 de Junho deste ano.

No sábado, dia 13, decorreu um jantar de homenagem ao Doutor Carlos Veiga, organizada pelas mulheres democráticas do MpD.

Na Convenção, foi eleito um novo líder: Ulisses Correia e Silva, tendo o Doutor Carlos Veiga, que é uma referência para todos os Cabo-verdianos, e considerado o “pai da democracia” naquele País.

Na Convenção, estiveram em destaque as personalidades de José Moreira (Secretário-Geral do MpD); Fernando Elísio (líder do Grupo Parlamentar) e José Luís Livramento (Presidente da Mesa).

O Secretário-Geral do PSD discursou no último dia, 14 de Julho, no encerramento dos trabalhos, no Parque 5 de Julho da Cidade da Praia, na Ilha de Santiago e recebeu dos maiores aplausos de toda a Convenção.

Matos Rosa, depois de cumprimentar as personalidades e todos os presentes, em geral, afirmou: “... Desde o Barlavento ao Sotavento, identifico-me com cada recanto deste arquipélago. Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava – tantas ilhas como os dedos das nossas mãos.

“Vinte e dois concelhos, mas uma só voz. Uma união extraordinária de um povo que não tem receio em ser alegre e divertido e, ao mesmo tempo, firme e sério. Refiro-me pois, ao povo cabo-verdiano, com que me identifico, com seus valores, princípios e as tradições.

“Um bem-haja a todos vós!

“... É uma enorme honra poder participar nos trabalhos da X Convenção Nacional do Movimento para a Democracia. Em representação da Direcção Nacional do Partido Social Democrata, agradeço o amável convite, que aceitei com muito agrado.

“Aprofundar o relacionamento entre o MpD e o PSD é fundamental. Os laços entre os dois partidos são muito fortes: têm pontos comuns, e já existe uma relação sólida e de proximidade há muitos, muitos anos.

“Estar aqui hoje, na cidade da Praia, a assistir aos vossos trabalhos dá-me ânimo. Ânimo de ver uma plateia de congressistas com vontade de trabalhar, com vontade de lutar por um país melhor, com mais oportunidades para todos.

“Agradeço ao Doutor Carlos Veiga esta honra que me foi concedida. Estadista, governante, político, docente universitário, jurista e advogado com competências reconhecidas em todas as actividades que desenvolve, o Doutor Carlos Veiga é um homem exemplar. Liderou Cabo





Verde durante uma década, colocando o País sempre à frente de interesses pessoais.

“Para o Doutor Carlos Veiga, há uma preocupação: os cabo-verdianos. Move-o o bem-estar do seu povo, o desenvolvimento deste território albergado pelo Atlântico. E conseguiu. O Povo Cabo-verdiano é hoje admirado na comunidade internacional, e Cabo Verde é um estado

respeitado. Conquistou esse respeito: pelo trabalho, pela honra e pelo mérito.

“O Doutor Carlos Veiga termina agora o seu mandato como líder do partido Movimento para a Democracia. Tenho a certeza, Doutor Carlos Veiga, que o seu lugar na luta pela hegemonia de Cabo Verde e do seu povo não irá terminar, nem hoje, nem amanhã, nem nunca.

“Um bem-haja, Doutor Carlos Veiga!

“Senhoras e Senhores Congressistas, começa hoje um novo ciclo no MpD. A eleição de um novo líder constitui sempre uma nova etapa. Tenho a certeza que o Doutor Ulisses Correia e Silva, eleito no passado dia 16 de Junho, irá defender, unir e mobilizar este país. Irá liderar e preparar o partido para os próximos desafios eleitorais.

“Deixo-lhe uma palavra de estímulo, Doutor Ulisses Correia e Silva. Sei que irá fazer um excelente trabalho!

“No Governo de Portugal, o PSD procura combater a crise, conseguir a independência financeira para Portugal e, em particular, devolver a esperança aos portugueses: aos mais jovens, mais velhos e mais carenciados.

“O PSD e o Governo estão empenhados em pôr Portugal no rumo da credibilidade internacional!

“Sei que o MpD tudo fará para contribuir para a afirmação do arquipélago, assim como para o reforço das relações de paz, económicas e culturais com os povos vizinhos, os países amigos e com os povos dos países irmãos - PALOP.

“A comunidade Cabo-verdiana é, e sempre foi, muito bem recebida em Portugal. Mais uma coisa que o povo português e o cabo-verdiano têm em comum: a hospitalidade é algo que de facto nos caracteriza.

“Ou então até posso dizer, como se diz por cá, temos uma “morabeza”, que nos define e nos distingue dos restantes povos....

“O Arquipélago de Cabo Verde é um exemplo para todos nós e o MpD é uma força política de referência, cujos laços o PSD está muito interessado em continuar a fortalecer. Todos são bem-vindos em terras lusitanas e confiamos no MpD!

“Eu estou a ser muito bem recebido entre vós. Muito obrigado! Cabo Verde está no caminho certo. E sei que assim continuará a estar! Viva Cabo Verde!”

- Fonte: Audiovisuais PSD

Alberto Machado concorre a Vila Pouca de Aguiar



Alberto Machado apresentou a sua candidatura ao eleitorado de Vila Pouca de Aguiar com o lema “Juntos vamos conseguir”.

O Vice-Presidente do PSD, Marco António Costa, diz acreditar que o candidato foi a melhor escolha para governar a câmara nos próximos 12 anos.

«...Nós acreditamos que aquilo que foi feito e aquilo que ainda é possível fazer nos próximos anos, no Concelho, está entregue em excelentes mãos e que o professor Alberto Machado será o sucessor, mais 12 anos a fazer o trabalho que tem de ser feito, para continuar a haver mais emprego, mais apoio ao ambiente e ao urbanismo, mais educação e formação.»

Alberto Machado resumiu numa frase qual será a luta de todos nesta candidatura, «...que é a minha, a nossa e a vossa luta, claramente a bem da nossa terra e do desenvolvimento do nosso Concelho»

O candidato referiu que este é um projecto de continuidade, mas com novos objectivos e novos desafios: «... tivemos 12 anos de executivo PSD, fiz parte como vice-Presidente da Câmara, em que a nossa grande aposta foi a construção das infra-estruturas /.../ O próximo mandato tem um novo paradigma, o paradigma de criação de riqueza, um paradigma de criação de trabalho e de combate à desertificação»

Na cerimónia, discursou o actual Presidente de Câmara de Vila Pouca de Aguiar e também Presidente da Distrital de Vila Real Domingos Dias, o candidato à Assembleia Municipal Álvaro de Sousa, Duarte Marques Presidente da Secção e Filipe Ferreira Presidente da JSD local. - Audiovisuais PSD



Guarda: Álvaro Amaro apresenta a sua equipa

O candidato da coligação PSD/CDS-PP à Câmara Municipal da Guarda, Álvaro Amaro, na apresentação da sua candidatura, prometeu hoje a criação de um Conselho Estratégico do Investimento para fomentar a economia e o emprego no concelho.

Na apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos, durante uma sessão realizada no Jardim José de Lemos, o candidato anunciou algumas das bases do projecto autárquico que tem para o concelho, que inclui vários sectores.

No plano económico, anunciou a criação de um Conselho Estratégico do Investimento composto por homens e mulheres, alguns residentes no estrangeiro.

“Vamos dialogar com eles, vamos pedir-lhes que, pelo orgulho da terra, possam investir” na Guarda, disse.

A ser eleito presidente da autarquia, pretende também criar uma bolsa anual de 50 estágios para jovens até aos 30 anos; criar uma “via verde” para licenciamento de obras de reabilitação e para projectos que tenham “impacto na criação de emprego”.

Álvaro Amaro também defendeu a modernização e reabertura da linha da Beira Baixa, entre a Guarda e a Covilhã; prometeu resolver o problema do estacionamento no centro histórico da cidade e cobrir a rua do

Comércio e “dar-lhe um cunho europeu”.

No plano cultural, anunciou a alteração do nome do Teatro Municipal da Guarda para Teatro Nacional da Guarda, como reconhecimento e homenagem “ao bom cartaz cultural” daquele equipamento.

No turismo, aposta na realização da primeira feira Ibérica do Turismo, para “captar para a Guarda o turismo da Europa” e prometeu operacionalizar um esquema para que os turistas europeus sejam ressarcidos dos valores pagos em portagem até à cidade “desde que durmam uma noite na Guarda”.

Entre outras ideias, prometeu ainda devolver o Hotel de Turismo à cidade (que está fechado após ter sido vendido pela autarquia ao Turismo de Portugal) e fazer da Guarda “uma referência importante em termos bioclimáticos”, do ar, da saúde e em termos ambientais.

Na sessão, realizada ao ar livre, foram apresentados os candidatos da coligação PSD/CDS-PP à Câmara Municipal da Guarda e o cabeça de lista à Assembleia Municipal, o cientista Carvalho Rodrigues.

O ex-líder do PSD Luís Marques Mendes esteve presente na Guarda onde elogiou as capacidades do candidato Álvaro Amaro e lembrou tratar-se de “uma figura nacional, capaz de ajudar a colocar a Guarda no mapa”.

«Vocês têm aqui a oportunidade de mudar, não tanto de partido, não tanto de cor partidária, mas de escolher um presidente de câmara que sabe, que já fez, que é competente, que é influente, que sabe de facto movimentar as vontades para desenvolver a Guarda» - Audiovisuais PSD



Almeida Henriques é o candidato do PSD a Viseu

O candidato do PSD à presidência da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, prometeu apostar numa visão progressista para o concelho, assente no desenvolvimento económico, solidariedade e inclusão social, para além da coesão local. “Estas prioridades são uma resposta às preocupações concretas dos viseenses, no que toca ao desemprego elevado, quebra do investimento, riscos de pobreza e exclusão, isolamento dos idosos, despovoamento nas aldeias e centro histórico”, referiu.

Durante a apresentação do programa da candidatura “Viseu Primeiro”, que decorreu durante a tarde no Politécnico de Viseu, o candidato social-democrata explicou que elegeu cinco áreas de intervenção, que incluem mais de 50 medidas.

Deste pacote de “compromissos de palavra e de futuro com os viseenses” destacou o “Viseu Investe”, que visa o desenvolvimento económico do concelho, gerando emprego e um futuro sustentável.

“Esta iniciativa cobrirá todas as áreas do fomento empresarial e abrange todos os sectores económicos: indústria, turismo, agricultura e comércio”, informou.

Almeida Henriques sublinhou que tem como pretensão, caso seja eleito a 29 de Setembro, a criação de um gabinete municipal ao investidor.

“Será também adoptado um pacote de fiscalidade municipal atractiva para o investimento, sendo colocado em marcha um programa de simplificação e desburocratização”, acrescentou.

No seu ponto de vista, para que seja dado um salto na competitividade económica, será necessária uma cooperação estratégica entre o município, empresas, associações e centros de ciência e tecnologia.

“Esta parceria será ainda a base de uma estratégia de captação de financiamento que faça duplicar o actual nível de acessos das empresas do concelho a incentivos comunitários, no futuro QREN”, sustenta.

O antigo secretário de Estado avançou ainda que tem como compromisso a criação de um conselho da diáspora.

“Será um órgão estratégico do município, um músculo feito do saber de empresários e personalidades com origem na região, que venceram na diáspora e irão auxiliar a diplomacia económica do concelho”, alegou.

O candidato do PSD vê também a internacionalização e a atracção de investimentos como uma “via verde” de crescimento para as pequenas e médias empresas.

Sobre as acessibilidades estruturantes de acesso ao país e ao mundo, defende que as que Viseu tem actualmente não bastam.

“A reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta e a inserção de Viseu no corredor ferroviário e logístico ibérico são fundamentais para a nossa competitividade económica e social”, apontou.

Almeida Henriques pretende ainda uma ligação rodoviária mais qualificada a sul de Viseu, que aproxime a cidade de Lisboa.

Em termos de solidariedade, assume como compromisso a criação da rede de intervenção social “Viseu Solidária”, no sentido de aumentar a cobertura, organização e eficácia das respostas sociais.

Promete ainda um novo fôlego na revitalização do centro histórico de Viseu, que “será uma galinha dos ovos de ouro” para a cultura, turismo, comércio e emprego.

“O imenso valor do centro histórico e a ambição que pomos na sua reabilitação tornará possível criar as bases para uma candidatura vencedora à lista de Património da Humanidade da UNESCO. É um desígnio a 10 anos que deixamos”, concluiu.

Nas eleições autárquicas de 29 de Setembro, vão a votos em Viseu, para além de Almeida Henriques (PSD), José Junqueiro (PS), Hélder Amaral (CDS/PP), Manuela Antunes (BE) e Francisco Almeida (CDU). - Lusa



Fernando Seara inaugura sede de candidatura



O social-democrata Fernando Seara afirmou, na terça-feira, estar com “tranquilidade total” quanto à decisão do Tribunal Constitucional relativamente à sua candidatura à presidência da Câmara de Lisboa.

A candidatura de Fernando Seara deverá ainda ser avaliada pelo Tribunal Constitucional, depois de o Tribunal Cível de Lisboa ter rejeitado, em finais de Junho, a acção principal do Movimento Revolução Branca contra a candidatura do autarca à câmara da capital.

Questionado sobre este assunto pelos jornalistas, à margem da apresentação da sua sede de campanha, o candidato da coligação Sentir Lisboa (PSD, CDS-PP e MPT) disse sentir-se “com tranquilidade total”.

“Estou convicto da minha posição. Convicto e seguro da posição jurídica que fomos assumindo”, afirmou.

O ainda presidente da Câmara de Sintra recordou que a sua situação é semelhante à de cerca de 600 autarcas que podem ser impedidos de se recandidatarem, segundo a interpretação do Tribunal Constitucional da lei de limitação de mandatos.

“Não serei apenas eu a ser abrangido por uma decisão do Tribunal Constitucional que ponderará o nível de restrição de direitos, liberdades e garantias, e se a restrição resultante da lei é territorial ou funcional”, acrescentou.

A lei de limitação de mandatos tem gerado controvérsia, pelas diferentes interpretações do seu primeiro artigo: por um lado, há quem interprete que a proibição se aplica ao cargo que é exercido, por outro há quem considere que a proibição de recandidatura se refere ao mesmo território, pelo que um presidente da Câmara impedido de se recandidatar a determinado município poderia candidatar-se a outra câmara ou junta.

Durante o discurso de inauguração da sede de candidatura, localizada na Rua Ivone Silva, numa referência à actriz e à cultura portuguesa, Fernando Seara afirmou estar “disponível para estar com os dois pés em Lisboa durante oito anos, não apenas dois”.

O candidato reafirmou ainda a vontade de tornar o Parque Mayer e a Feira Popular “de novo, símbolos de Lisboa”, sublinhou a importância de trabalhar nas “pe-



quenas coisas”, como a limpeza urbana ou “os buracos tapados”, e defendeu um debate alargado quanto ao projecto de conversão dos quatro hospitais da Colina de Santana (Santa Marta, Miguel Bombarda, São José e Capuchos) em habitação e espaços hoteleiros.

À margem da inauguração da Sede de Candidatura, Fernando Seara afirmou hoje à comunicação, que o Presidente da República, o PSD, CDS-PP e PS vão ser sancionados pelo eleitorado, caso não se consiga um acordo entre os três partidos.

O Presidente da República propôs na quarta-feira, numa declaração ao país, um “compromisso de salvação nacional” entre PSD, PS e CDS-PP que permita cumprir o programa de ajuda externa e que esse acordo preveja eleições antecipadas a partir de Junho de 2014.

“Acredito que o acordo é necessário e acredito que quem não participar activamente no acordo será sancionado pelo eleitorado”, disse Fernando Seara aos jornalistas.

O candidato do PSD defendeu que os principais partidos, mas principalmente os que são “a favor do euro” e que assinaram o memorando da ‘troika’, “têm de fazer todos os esforços para encontrar uma solução de consenso nacional”.

“É evidente que cada um tem de ceder em alguns dos seus aspectos essenciais”, alertou.

Para o ainda presidente da Câmara de Sintra, esta é “uma questão de responsabilidade” e “quem jogar no mero tacticismo político, é um político com pouco futuro, até porque o que importa em Portugal nos próximos tempos são situações de consolidação e não de conjunturas meramente tacticistas”.

Fernando Seara considerou que também Cavaco Silva “precisa de um consenso, para não sair sancionado”.

“O Presidente da República tanto arriscou que assumiu, ao nível do direito constitucional e da prática do direito constitucional e da ciência política portuguesa, um protagonismo que ou deixa num dilema: ele sabe que, ou o concretiza, ou será sancionado”, afirmou. – Fonte: Lusa

Luís Montenegro no debate do estado da Nação

“Não desistimos de transformar o nosso país”



Luís Montenegro destacou, dia 12, que Portugal necessita de espírito de compromisso para garantir a confiança e para enfrentar a exigência dos tempos que vivemos. De acordo com o presidente do grupo parlamentar do PSD, “para garantir a confiança e para consubstanciar esse espírito de compromisso, o primeiro requisito é todos sermos capazes de cumprir a palavra do Estado. É importante que possamos assumir esse compromisso de cumprir a palavra, quer avaliando aquilo que foi o nosso percurso nestes últimos dois anos, quer perspectivando como podemos continuar a fazê-lo no futuro e como nos devemos comportar depois de terminado este programa de assistência económica e financeira”.

No início do debate sobre o Estado da Nação, o social-democrata não ignorou que os tempos que vivemos são de particular exigência. “É a terceira vez, nos últimos 35 anos, que Portugal é forçado a pedir ajuda externa para que o Estado possa cumprir as suas principais obrigações. Esta é uma sina que Portugal tem de evitar. Nós não podemos nem devemos estar condenados a recorrer ao exterior para cumprirmos as nossas necessidades mais básicas”. Neste âmbito, o deputado recordou que, comparativamente com o pedido de ajuda feito em 1983, o esforço que é necessário fazer na sequência deste pedido é 15 vezes maior. “E já nessa altura o país viveu grandes dificuldades: conflitualidade social, greves, salários em atraso, impostos a subir, impostos criados excepcional-

mente. E na altura tínhamos uma arma, a desvalorização da moeda. E na altura a Europa não estava em crise. É bom que todos tenhamos a noção da exigência do programa a que nos obrigámos em Maio de 2011”.

“Neste últimos dois anos nós já fomos capazes de percorrer grande parte deste caminho de recuperação. Dois anos depois, a verdade é que, do ponto de vista financeiro, nós temos uma situação financeira equilibrada, difícil, exigente, mas equilibrada. Dois anos depois foi possível implementar várias reformas estruturais. Foi possível diminuir, de forma muito substancial, a despesa pública. E foi possível recuperar a nossa credibilidade. Não há país que consiga estes resultados sem credibilidade e sem confiança”.

A terminar, Luís Montenegro referiu-se a vários dados positivos que têm surgido nos últimos tempos, como a exportações ou o crescimento do PIB, e frisou que o PSD, tal como fez até aqui, está disponível para manter o mesmo espírito de compromisso e de salvaguarda do interesse nacional. “Nós não estamos aqui para desistir, no PSD não estamos para desistir de recuperar e de transformar o nosso país. Nós estamos aqui para resistir, para lutar e para, em conjunto com as demais forças políticas e forças da nossa sociedade, debelarmos esta crise gravíssima e evitarmos que, no futuro, aqueles que vierem a seguir a nós tenham de passar por um momento como este”.

Estado da Nação

“Temos feito tudo pelos Portugueses”

No debate do estado da Nação, o deputado Guilherme Silva começou por referir que “nunca um Governo Constitucional foi tão condicionado, na sua acção política, pelas graves situações criadas e pelos compromissos assumidos, em nome de Portugal, pelo Governo anterior”. “Infelizmente para os portugueses, não há presente, sem o peso das graves dificuldades que nos foram deixadas por este passado recente. Nos últimos 18 anos, apenas cinco anos, os últimos dois e três anos que antecederam os Governos de Sócrates, foram da responsabilidade de Governos de coligação PSD/CDS. Os restantes treze anos foram da responsabilidade do Partido Socialista. E numa coincidência que a História registará para sempre, herdámos o pântano de Guterres e a bancarrota de Sócrates. Mas mais grave foi a circunstância de o Governo de Sócrates, como hoje está sobejamente demonstrado, não ter reportado às instituições que asseguraram a ajuda externa a Portugal, os números correctos da dívida e do défice. O Programa de Ajustamento ficou assim fixado com base em pressupostos falsos, já que a situação era, de facto, bem mais grave”.

De seguida, o social-democrata declarou que o Programa de Ajustamento e o seu cumprimento, face à grave situação financeira do País, teve de passar a ser a prioridade do actual Governo. “E tem sido, aliás, esse esforço, graças aos pesados sacrifícios que os portugueses têm estoicamente suportado, que restaurou a credibilidade interna e externa de Portugal. Aliás, se não fossem cumpridas as obrigações e metas a que Portugal, pela mão do Partido Socialista, se obrigou, não teríamos recebido as diferentes tranches dos empréstimos concedidos e, pura e simplesmente, não teríamos assegurado o normal funcionamento do Estado. Desde o pagamento dos vencimentos dos funcionários, às pensões, aos Serviços de Saúde e de Educação, tudo poderia estar em risco. Mas, para além destes aspectos essenciais da nossa vida colectiva, ganhámos a credibilidade bastante para ter conseguido junto dos nossos credores e das instituições europeias, a redução dos juros, que, no âmbito da ajuda externa,

baixaram de 6% para cerca de 3,2% (uma redução de cerca de 70%, o que só no período de um ano, corresponde a mais de 800 milhões de euros), obtendo-se maior maturidade dos empréstimos, bem como o alargamento dos prazos para a redução do défice”.

Face a este cenário, Guilherme Silva não podia estar mais espantado com a posição que os socialistas têm assumido. “Qual o posicionamento do Partido Socialista, nos últimos dois anos, relativamente a todas estas questões, exigidas e suscitadas pelo Memorando de Entendimento?”

Ao maior Partido da Oposição, alternativa de Governo, exige-se clareza e a assunção, sem hesitações, das suas responsabilidades. Infelizmente, temos assistido, por parte do Partido Socialista, apesar de responsável pela grave degradação financeira do País, por via de uma governação perdulária e de um colossal endividamento, a um tacticismo partidário, e eleitoralista, que não honra o PS, como Partido fundador da nossa Democracia. Foi esta postura de subordinar os interesses do País a uma visão meramente partidária, em função das eleições mais próximas, que levou o País à grave situação financeira em que se encontra. Persistir nesse caminho, não só descredibiliza a política, como desacredita os Partidos pilares fundamentais da Democracia”.

Contudo, face ao apelo do Presidente da República para um acordo que permita assegurar o cumprimento do Programa de Ajustamento Financeiro, nos prazos estabelecidos e a saída da “troika” em Junho de 2014 e garanta estabilidade no período, ainda difícil, que se seguirá, o deputado considera essencial perceber-se qual é a posição do PS. “Este debate do Estado da Nação é uma excelente oportunidade para o Partido Socialista assumir aqui, perante os portugueses, uma atitude clara de demonstração de que está solidário com eles, com o esforço brutal e exemplar que estão colectivamente a fazer, indispensável para que Portugal se liberte, o mais rapidamente possível, da situação de “protectorado” em que o Governo de Sócrates o colocou. Seria bom para Portugal e para a nossa Democracia, que o PS deixasse de pactuar com os que querem destruir a credibilidade



que Portugal reconquistou, e que, ao fim e ao cabo, por essa via, mais não pretendem do que prolongar a presença da ‘troika’, ou provocar mesmo um 2º resgate, indiferentes às limitações que tal importa para a nossa soberania”.

Guilherme Silva assumiu que os sociais-democratas estão, como sempre têm estado, abertos ao diálogo com todas as forças políticas e em especial com o maior Partido da Oposição. “O Senhor Presidente da República pode, pois, contar com a disponibilidade e a cooperação do PSD para a concretização de um acordo de salvação nacional. Da nossa parte tudo faremos para que Portugal continue a cumprir os compromissos assumidos, e não consentiremos que se ponham em causa os resultados já alcançados. Tudo faremos para garantir a coesão social e prosseguir o esforço colectivo que todos estamos a fazer, com vista à consolidação orçamental e ao saneamento das contas públicas, sem o que não é possível recolocar o País no caminho do desenvolvimento e do crescimento económico sustentáveis, que se eleger agora, responsabilmente, nesta nova fase, como prioridade. Que cada um assumia as suas responsabilidades na certeza de que, em conjunturas tão graves como esta que estamos a viver, a História julgar-nos-á a todos. Da nossa parte, cientes de que em condições particularmente adversas, temos, como é nossa obrigação, feito tudo por Portugal e pelos portugueses, fiéis ao mandato que deles recebemos, não receamos o julgamento da História”.

Braga

Aposta na modernidade é o segredo do sucesso da empresa “Novo Modelo Europa”



Ricardo Rio, líder da coligação “Juntos Por Braga”, visitou, dia 12, a empresa “Novo Modelo Europa”, sediada em Priscos. Manuel Correia, dono e fundador da empresa, acompanhou Rio durante a iniciativa.

A Novo Modelo Europa, fundada em 1994, desenvolve a sua actividade principal na construção civil e obras públicas, dedicando-se estrategicamente à construção metálica, carpintarias e mobiliário, fachadas em vidro, alumínio e painéis leves. “Somos uma empresa que se tem vindo a afirmar no mercado pelo seu valor e dinamismo, sendo que procuramos sempre manter os mais elevados níveis de serviço, promovendo as práticas empresariais e ambientais responsáveis”, salientou Manuel Correia, garantido que a empresa se rege pelos princípios do rigor e da qualidade, palavras-chave que permitiram um crescimento sustentado ao longo dos anos.

De acordo com o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, esta é uma empresa que está num patamar de grande qualidade em termos de modernidade das suas instalações e dos serviços que desenvolve. “É essa capacidade que diferencia esta empresa e que tem conseguido alavancar não só uma presença bastante positiva no mercado nacional, mas também uma expansão contínua para mercados estrangeiros”, sublinhou.

Nesse sentido, Rio felicitou a empresa pela capacidade de investimento e inovação demonstradas, que possibilitam a geração de riqueza para a cidade e a criação de vários postos de trabalho. “Queremos contribuir para que estes tipos de estruturas empresariais tenham todas as condições para triunfar em Braga, fortalecendo o tecido económico e a empregabilidade no nosso concelho. Ao contrário do que tem sucedido na atual gestão municipal, será prioridade dos ‘Juntos Por Braga’ garantir que isso acontece”, afirmou.

Por seu turno, Manuel Correia afirmou que o mercado externo é a principal aposta da empresa. “Estamos a exportar 45 por cento da nossa produção para o estrangeiro, nomeadamente França e Angola. O mercado interno, como sabemos, diminuiu e o nosso sucesso depende muito das exportações, onde temos novas perspetivas

ótimas para o futuro. Já no próximo ano, queremos estar a exportar cerca de 75% dos nossos produtos”, enfatizou.

A Novo Modelo Europa mudou-se para Priscos há cerca de 5 anos, tendo a mudança de instalações representado um investimento elevado que o dono da empresa garante que “valeu a pena”. “Foi um risco, mas só apostando é que podemos ter retorno. Fizemos um grande investimento, que foi desde a compra dos terrenos, à construção das instalações e à compra dos equipamentos, que são todos novos. Felizmente, a opção está a dar frutos”, concluiu, congratulando-se pelo facto de desde o início do ano a empresa ter admitido mais 13 colaboradores, num total de 129.

Ricardo Rio visitou a Associação dos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial de Braga

Ricardo Rio visitou, ainda, a Associação dos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial de Braga (AAAEIC). Cláudio Silva, presidente da associação desde 2011, e João Pires, presidente da Junta de Freguesia de S. Lázaro, acompanharam Rio durante esta iniciativa.

Esta é uma associação que, como explicou Cláudio Silva, surgiu através de convívios e confraternizações de antigos alunos da Escola Frei Bartolomeu do Mártires, que deu origem à Escola Industrial e Comercial de Braga. “Inicialmente, a ideia da criação da associação era unicamente a promoção do convívio e a manutenção dos laços de amizade entre as pessoas. Com o tempo, as coisas foram-se tornando mais sérias, mas sem nunca perder o objectivo inicial de vista”, salientou, contando que a AAAEIC se constituiu como IPSS em 1993, usufruindo da valência de centro de acolhimento de idosos, que acolhe 25 pessoas.

Actualmente, a AAAEIC, que conta com mais de 700 associados, desenvolve várias actividades lúdicas regulares como aulas de dança, pintura, artes decorativas,



inglês, etc. “Mantemos as pessoas entretidas e a passar o tempo de forma divertida e pedagógica, ao mesmo tempo que juntamos ex-alunos que a vida separou quando acabaram os estudos, e que aqui se juntam de novo para reviver o passado e aproveitar o presente”, garantiu.

De acordo com Ricardo Rio, também ele associado da AAAEIC, esta é uma associação que desenvolve um trabalho excepcional que é reconhecido por toda a sociedade Bracarense. “A vossa instituição tem um impacto que vai muito para lá dos antigos alunos da Escola Industrial e Comercial, e que é fruto do reconhecimento do vosso mérito e da qualidade dos projectos”, adiantou.

O candidato à Presidência da Câmara Municipal disse que conta muito com a AAAEIC para desenvolver um trabalho que sirva cada vez mais a comunidade. “Vamos aproveitar o vosso empenho e dedicação para desenvolver trabalho nas áreas do reforço do apoio social e do acompanhamento dos alunos, para além da intervenção na vertente cultural e social que são do âmbito normal da vossa actuação”, concluiu.



Povo Livre

Director: José Silva Marques

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 427 • 29 de Setembro de 1982 • Preço 15\$00

ESTAMOS A DAR PASSOS DECISIVOS NO REFORÇO DA DEMOCRACIA



“Estamos a dar passos decisivos no reforço da democracia portuguesa e fazêmo-lo tendo em atenção o interesse de Portugal e o consenso entre os portugueses” — salientou o Primeiro-Ministro em Vila Nova de Ourém. Eis, na íntegra, o discurso de Pinto Balsemão, que na oportunidade divulgou o “caderno” de melhoramentos previsto para a vila.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite que me foi formulado para visitar este município a que V. Exa. preside e dirige com tanto dinamismo, competência e dedicação.

A ele correspondo manifestando o apreço do Governo para com a capacidade de trabalho, o espírito de sacrifício e a hospitalidade das gentes deste concelho.

Bastará visitar Vila Nova de Ourém, vila a quem a independência nacional muito deve, para facilmente se concluir que se pronuncia uma mudança radical da face do con-

celho. A gestão da autarquia está, pois, virada ao futuro e no sentido do desenvolvimento acelerado e organizado deste município.

É o exemplo de V. Exa., dos seus colaboradores e dos seus honrados munícipes que nos dá força e nos incita a ir mais longe no progresso económico, na justiça social e na correcção das assimetrias das várias regiões.

Melhoramentos

Em segundo lugar, devo esclarecer e informar (é essa

a minha obrigação como chefe do Governo de Portugal), no que se refere aos assuntos agora levantados por V. Exa., o seguinte:

— Está a ser definido o programa para o centro de saúde de Vila Nova de Ourém, o que se espera esteja resolvido até ao fim deste mês. Seguir-se-á o projecto, com um tempo de execução de cerca de 6 meses. Por se tratar de uma infra-estrutura prioritária, cujo custo estimado é na ordem dos 250 000 contos, a sua construção terá início logo que o processo técnico-burocrático estiver concluído, ou seja em Maio-Junho do próximo ano.

— O projecto da futura pousada da velha Ourém está praticamente pronto. Brevemente irão iniciar-se

as expropriações das casas degradadas circundantes.

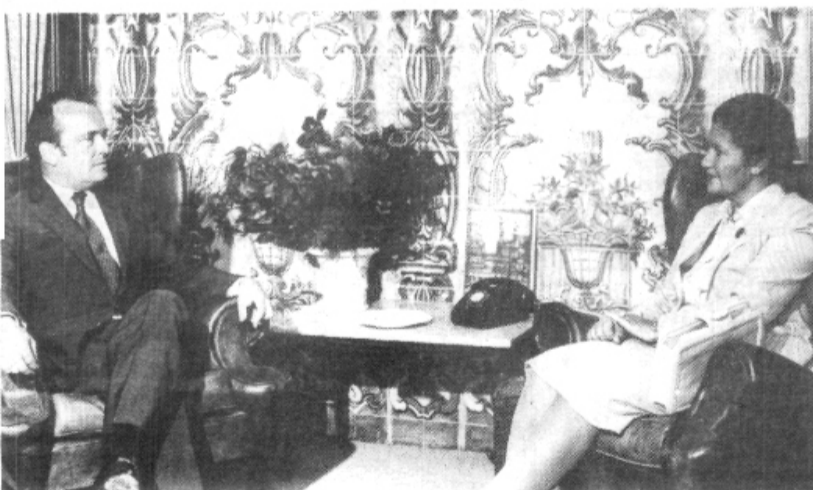
— O projecto do alargamento para 6,10 metros e reforço dos pavimentos existentes na estrada nacional 113 de Vila Nova de Ourém até Vale d'Ovos, será aprovado até ao fim deste ano.

É uma obra com uma extensão de 13,3 km, cujo custo estimado ronda os 31 000 contos, e que faz parte das obras a lançar em 1983 nesta zona.

— Nos termos de um acordo entre a direcção-geral do Equipamento Escolar e a Câmara Municipal presidida por V. Exa., os arranjos exteriores da escola secundária irão ser feitos, aguardando-se neste momento, o respectivo projecto.

(Continua na pág. 3)

Simone Veil em Lisboa a convite do PSD



Simone Veil, ex-presidente do Parlamento Europeu, está desde domingo em Lisboa, a convite do presidente do PSD, Pinto Balsemão. Segunda-feira, após um encontro com Pinto Balsemão na sede nacional do nosso partido — foto da esquerda —, Simone Veil proferiu uma palestra sobre “O desafio à Europa face à crise mundial”, sendo posteriormente obsequiada com um jantar que lhe foi oferecido pelas Mulheres Portuguesas Sociais-Democratas (a outra foto regista o momento da saída da conferência para o referido jantar). Ontem, a deputada francesa e ex-ministro de Giscard d'Estaing deslocou-se ao Porto, onde reuniu com a comissão política distrital do PSD e realizou nova conferência. Simone Veil regressa hoje a Paris

ACÇÃO GOVERNATIVA

Discurso do secretário de Estado da Estruturação Agrária na cerimónia de entrega de terras a agricultores (Pág. 5)

Adjudicação de obras no Baixo Mondego (Pág. 2)

PS/Açores “anda à deriva” por causa do Estatuto do Aluno

O PSD/Açores considerou, durante a discussão do novo Estatuto do Aluno, “que o PS/Açores anda à deriva, sem rumo, e sem uma ideia consistente quanto aos direitos e deveres dos alunos açorianos, quanto à responsabilização dos respectivos encarregados de educação e quanto ao papel da escola e da comunidade educativa”, alertou o deputado Joaquim Machado.

“Em oito anos, este é o quarto Estatuto do Aluno que o nosso Parlamento [regional] discute e define. Porventura até haverá alunos que, durante a sua escolaridade obrigatória, foram obrigados a respeitar outras tantas vezes esta inconsistente variedade de disposições. O último desses quatro diplomas não chegou a vigorar em dois anos lectivos completos. Durou, para sermos mais exactos, apenas 19 meses. Muito pouco tempo, convenhamos”, referiu o social-democrata.

Segundo Joaquim Machado, “a proposta de Estatuto do Aluno que o Governo Regional apresentou tem virtudes, novidades e algumas imperfeições que, do nosso ponto de vista devem ser reparadas. E para as quais, em devido tempo, o PSD/Açores apresentará propostas de solução”, explicou.

“O diploma que agora revogamos não prosseguiu nenhum dos seus objectivos, na altura considerados inovadores. Não agilizou nem simplificou os procedimentos disciplinares nem lhes eliminou as formalidades excessivas”, considerou o deputado, realçando que “a alegada inovação do anterior governo regional consistiu tão só em não ser eficaz, mas isso também não era inovador, já era uma rotina”, acrescentou.

“O diploma não foi útil aos Conselhos Executivos, não foi útil para os pais, nem foi profícuo para os alunos”, afirmou o social-democrata, sobre um documento que apresenta “novidades que não são originais. Desde logo, quarenta e cinco artigos que apenas mudam de numeração, e os artigos que inovam no texto foram copiados do diploma nacional que rege a matéria, sendo que a transposição de normativos se fez, em alguns casos, de forma atabalhoada, deixando de fora o que é essencial”, frisou.



Governo dos Açores usa dinheiros públicos para fazer propaganda do PS

O PSD/Açores qualifica de “inadmissível” a existência de “uma máquina de propaganda do governo dos Açores, que se destina a atacar os partidos da oposição e a colocar-se ao serviço dos interesses do Partido Socialista”.

De acordo com o deputado social-democrata José Andrade, que falava na apresentação de um voto de protesto contra a forma como funciona o Gabinete de Apoio à Comunicação Social (GACS), esse organismo, “tal como está, não é uma plataforma de promoção da Região Autónoma dos Açores ou sequer um suporte institucional de comunicação factual da acção governativa, mas sim um serviço do governo dos Açores ao serviço do Partido Socialista”.

Durante o debate em plenário, o parlamentar social-democrata açoriano recordou que o gabinete de comunicação do governo regional “tem ao seu serviço cerca de vinte colaboradores permanentes (incluindo redactores, assessores, fotógrafos e até arquivistas) o que equivale às redacções dos jornais Açoriano Oriental, Correio dos Açores, Diário dos Açores, Diário Insular e Incentivo todas juntas”.

José Andrade apresentou vários exemplos de textos divulgados pelo gabinete de comunicação do governo regional “que parecem ter como único objectivo atacar os partidos da oposição” sem permitir a oportunidade de contraditório aos visados.

A este propósito lamentou a postura do presidente do governo que recentemente “fez divulgar uma nota informativa pelo gabinete oficial elogiando o candidato do Partido Socialista à câmara municipal de Ponta Delgada”, na sequência da audiência que lhe concedeu.

O parlamentar social-democrata questionou se o presidente do governo regional vai também receber e elogiar, através do GACS, todos os outros candidatos de todos os outros partidos a todas as outras câmaras dos Açores.

O deputado do PSD/Açores considerou, por isso, lamentável que “os contribuintes açorianos paguem com os seus impostos um serviço oficial para o presidente do Governo dos Açores andar a elogiar um candidato do Partido Socialista”.

“Da parte do Governo, estamos perante um abuso de poder. Da parte do PS/Açores, estamos perante uma aflicção de pré-campanha”, concluiu.



Diplomacia Económica e Crescimento

Jaime Quesado (*)

O Novo Ciclo de gestão governativa, centrado numa Agenda de Crescimento, deverá reforçar o papel da Diplomacia Económica. A Diplomacia Económica é fundamental na Nova Agenda Económica para Portugal e deverão ser as empresas a liderar o processo de afirmação da competência portuguesa no mundo global. Impõem-se neste processo empresas capazes de projectar no mundo uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e aposta na criatividade. Têm que se assumir como actores “perturbadores” do sistema, induzindo na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação que façam da Marca Portugal uma clara referência internacional. Por isso, a diplomacia económica não se faz por decreto!

A Diplomacia Económica tem que se assumir como o ponto de partida e de chegada de uma nova dimensão da competitividade em Portugal. Assumido o compromisso estratégico da aposta na inovação e conhecimento, estabilizada a “ideia colectiva” de fazer do valor e criatividade a chave da inserção das empresas, produtos e serviços portugueses no mercado global, compete às empresas a tarefa maior de saber protagonizar o papel simultâneo de actor indutor da mudança e agregador de tendências. As empresas terão que saber utilizar as redes diplomáticas existentes, sempre numa base de partilha colaborativa estratégica e tendo por base a concretização de objectivos claros e adequados à carteira de competências do país.

As empresas têm que se assumir como actores globais, capazes de transportar para a nossa matriz social a dinâmica imparável do conhecimento e de o transformar em activo transaccionável indutor da criação de riqueza. Para isso, a chave da Diplomacia Económica deverá assentar em três grandes instrumentos estratégicos – a captação de investimento de inovação, o reforço da carteira de valor das exportações e a projecção superior da Marca Portugal. Diplomacia Económica é assim um compromisso entre ambição e excelência, um verdadeiro apelo à mobilização dos nossos melhores talentos e competências.

As empresas têm um grande desafio no grande projecto da Diplomacia Económica. Porque as empresas são um percurso possível decisivo na nossa matriz social, o sucesso com que conseguirem assumir este novo desafio que têm pela frente será também em grande medida o sucesso com que o país será capaz de enfrentar os exigentes compromissos da Globalização e do Conhecimento. As empresas têm que assumir dimensão global ao nível da geração de conhecimento, valor, mas também de imposição de padrões sociais e culturais. As empresas têm que ser o grande Actor da Mudança que se quer para Portugal.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Necessidade de falar

João César das Neves (*)

Quanto menos se sabe de um assunto, mais se fala dele; e a veemência cresce com a incerteza e a insegurança. Gostamos de conversar sobre amor, saúde, negócios, desporto e política, precisamente aquilo que menos controlamos. Afinal são esses os temas dos horóscopos...

No meio de uma crise socioeconómica, as coisas agravam-se. É espantosa a quantidade de oráculos férreos e afirmações definitivas em temas que todos, incluindo o orador, sabem ser fluidos e controversos. É o próprio sofrimento da realidade que impele a necessidade de falar, substituindo a objectividade pelo magro conforto da retórica.

Quando alguém sofre, para mais injustamente, as suas palavras ganham peso especial. Por isso os maiores disparates passam por sabedoria na boca de vítimas. No aperto e na confusão, teorias mirabolantes justificam direitos insustentáveis, concedendo ao seu autor credibilidade indiscutível. Assim o debate sobe de tom, com afirmações drásticas em assuntos ignorados.

Um truque habitual na elaboração de temas desconhecidos é o uso de postulados simples, que a própria retórica torna indiscutíveis. Por exemplo, todo o País sabe que a classe política é uma vergonha. O que isso significa é difícil de compreender, pois todas as gerações sempre o repetiram, e os políticos só são louvados depois de mortos. Serão Passos e Seguro piores do que Cavaco e Soares? Merkel e Hollande? Kohl e Mitterrand? O insulto foi igual em todos.

Esse desprezo pela classe política tem a enorme utilidade de explicar a situação sem sujar as mãos na confusão da crise. Não se fala da realidade, mas do discurso sobre a realidade. A isto junta-se um truque elementar: todos gostam de um bom paradoxo; por isso é quase irresistível acreditar que o País sofre não da doença, mas da cura. Porque é que um político faria uma coisa dessas, para mais sem notar, fica sempre omissos. Mas, afinal, nesta vergonha até nem admira. O que interessa é que assim se pode ignorar totalmente a economia, limitando os argumentos ao circo da classe política que, como toda a gente sabe, é uma vergonha. É espantosa a quantidade de pessoas que falam da crise sem nunca referir a dívida esmagadora, as distorções produtivas, ou seja, a crise. A recessão é económica, mas não se discute economia; só política.

Alguns argumentos são contraditórios, sem o empolgado tribuno se dar conta. Muitos empresários queixam-se amargamente que os ministros, sem perceberem nada de empresas e mercados, tomam medidas que as destroem. Quem o diz, por muito verdade que tenha (e infelizmente tem), não se dá conta de que está a cair no mesmo erro que denuncia, precisamente ao fazê-lo. Porque as actividades governativa e legislativa são também muito difíceis e complicadas, pelo menos tanto quanto as empresas e mercados. E os gestores e agentes económicos sabem tanto ou menos delas do que os políticos sabem de economia. Assim, ao criticarem a influência que as leis têm na sua acção, atribuindo-a à ignorância da classe política, o analista de café mostra uma ignorância pelo menos igual à que critica.

Mas será este paralelo justo? Estão economia e sociedade ao nível da política? Não se pode dizer que o Estado tem a influência e a sociedade é vítima, pois todos vemos como o poder é frágil e como, em democracia ou não, os governos dependem desesperadamente do apoio das forças sociais. Por outro lado, existe uma ilusão de óptica neste argumento. A sociedade é muito maior do que o cantinho da conversa. O facto de esta empresa ou de este mercado serem prejudicados não prova que a política não sirva o todo. Aliás, a experiência recente mostra-o abundantemente, quando durante décadas os governantes pareciam ajudar os múltiplos cantinhos da sociedade, arruinando o País. É, aliás, por isso que é preciso agora prejudicar empresas e mercados para equilibrar a sociedade.

Nos momentos difíceis, as pessoas sentem uma irreprimível necessidade de falar, normalmente com mais veemência do que juízo. A vantagem desta compulsiva ânsia de dizer disparates é que “cão que ladra não morde”.

(*) Professor Universitário, ©DN



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Bragança, para reunir, no próximo dia 26 de Julho de 2013 (Sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório Paulo Quintela, sito na Rua Abílio Beça, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Autárquicas 2013
 - 2 – Outros assuntos

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loures para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 29 de Julho de 2013 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4 – Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
 - 2 – Eleições Autárquicas 2013
 - 3 – Apresentação das listas às Eleições Autárquicas

MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mação, para reunir, no próximo dia 26 de Julho de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, no Largo Bombeiros Voluntários, nº 8-A, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 – Análise da situação política
 - 2 – Parecer Eleições Autárquicas

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e nos termos do art.º 51, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Julho de 2013 (quinta - feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro nº 11, c/v Dtº.- Odivelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2013, (terça-feira) pelas 21h00, na sede sita, na Rua Hermenegildo Capelo nº 141, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Informações.
 - 2 - Eleições Autarquias 2013: Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais.
 - 3 - Análise da situação política.

PONTE DE SOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-

se a Assembleia da Secção de Ponte de Sor para reunir no próximo dia 26 de Julho de 2013 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1- Informações
 - 2- Parecer sobre as listas aos órgãos autárquicos
 - 3- Aprovação do programa eleitoral

SANTARÉM / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir, no próximo dia 24 de Julho de 2013, (quarta-feira) pelas 21h00, na sala "Ribatejo" do Santarém Hotel, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 – Análise da situação política
 - 2 – Eleições Autárquicas de 29 de Setembro de 2013

SARDOAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Sardoal, para reunir, no próximo dia 25 de Julho de 2013, (quinta-feira) pelas 21h00, na sala polyvalente do Centro Cultural Gil Vicente, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 – Análise da situação política actual
 - 2 – Eleições Autárquicas 2013
 - 3 – Outros assuntos

SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sines para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 29 de Julho de 2013 (Segunda-Feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua de Ferreira, nº 10 em Sines, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Apresentação e aprovação das listas de candidatura da Secção à Câmara Municipal de Sines, Assembleia Municipal, Junta de Freguesia de Sines e Junta de Freguesia de Porto Covo.



CONSELHO REGIONAL DE SETÚBAL

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentos a JSD, convoco todos os conselheiros Regionais de Setúbal para um Conselho Regional a realizar no próximo dia 31 de Julho de 2013, pelas 21 horas, na sede do PSD Seixal, Rua do MFA, 11, 2845 380 Amora com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Discussão e Votação do Relatório de Contas e Actividades do mandato 2011-2013;
4. Discussão e Votação das indicações da JSD às listas Autárquicas de 2013.

PALMELA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentos da JSD, convoco todos os militantes da concelhia de Palmela para um Plenário Eleitoral a realizarem no próximo dia 17 de Agosto de 2013, pelas 16 horas, na sede do PSD Palmela, Rua Hermenegildo Capelo, nº141 N, 2950-234 Palmela com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política Concelhia de Palmela.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Regional ou quem o substitua estatutariamente até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral na sede da Regional de Setúbal.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de subscrição.

As urnas estarão abertas das 16 horas às 17 horas.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da Concelhia da JSD/Coruche, a reunir no próximo dia 18 de Agosto de 2013, pelas 18 horas, na Sede do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1-Eleição da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, até às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00m e as 20 horas.

CONSELHO REGIONAL DE LISBOA AM

De acordo com o disposto no Artigo 61º, alínea c) dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se Conselho Regional de Lisboa para o dia 29 de Julho, pelas 21 horas, na Sede Distrital do PSD Lisboa, sita na Praça S. João Bosco, n.º 3 B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Aprovar, sob proposta da CPR e das Concelhias, os candidatos da JSD às Câmaras e Assembleias Municipais.